



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área/Especialidade Ciências Contábeis

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
 - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
 - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.
3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
 - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
 - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.
5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
 - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.
6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (D) Afirmando, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
 - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se (**importar**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) *Em deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



| | |
|--|---|
| <p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p> | <p>Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p> |
| <p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p> | <p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p> |
| <p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p> | <p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p> |



| | |
|--|---|
| <p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p> | <p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p> |
| <p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p> | <p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p> |
| <p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p> <p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p> | <p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p> |
| <p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p> | |
| <p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p> | <p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p> |



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Os movimentos de transformação do Estado e, mais especificamente, da administração pública, inevitavelmente, foram acompanhados por mudanças significativas na concepção do orçamento público, cuja trajetória evolutiva evidencia que em cada momento histórico foi enfatizada uma de suas funções ou instrumentalidades: controle, gerência ou planejamento. O orçamento-programa reflete a concepção moderna do orçamento público e se caracteriza

- (A) pela utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
- (B) por sua estrutura dar ênfase aos aspectos contábeis de gestão.
- (C) por usar como principais critérios de classificação das despesas unidades administrativas e elementos.
- (D) por estar dissociado dos processos de planejamento e programação das ações públicas.
- (E) pela alocação de recursos visar à aquisição de meios e às necessidades das unidades organizacionais.

32. De acordo com as disposições constitucionais e legais relativas à Lei Orçamentária Anual (LOA), é INCORRETO afirmar que

- (A) a iniciativa da elaboração da proposta orçamentária é sempre do Poder Executivo, a qual deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- (B) o Poder Legislativo discute, vota e aprova a proposta orçamentária, sem a possibilidade de fazer qualquer tipo de alteração.
- (C) a LOA conterá o orçamento fiscal, da seguridade social e dos investimentos das empresas em que o Poder público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital votante.
- (D) todas as receitas e despesas serão discriminadas na lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (E) a lei não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito.

33. De acordo com o art. 47 da Lei nº 4.320/64, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar. Esta limitação acontece por meio de

- (A) notas de empenho.
- (B) lançamentos de receitas.
- (C) créditos orçamentários.
- (D) contas de ativo financeiro.
- (E) contas de ativo permanente.

34. No mês de março, o secretário de planejamento do Estado "A" certificou-se da necessidade de alterar o orçamento para a inclusão de despesas com reforma de rodovias estaduais que não haviam sido previstas, mas que naquele momento seria possível realizá-las, haja vista a existência de *superávit* financeiro do exercício anterior. Neste caso, os créditos abertos poderão vigorar

- (A) até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
- (B) até o mês de março do exercício seguinte.
- (C) durante o prazo estipulado pela lei que autorizou sua abertura.
- (D) durante a vigência do plano plurianual.
- (E) até o final do exercício em que foram abertos.

35. Sobre as disposições contidas na Lei Complementar nº 101/2000 sobre dívida e endividamento, considere:

- I. O ente público que ultrapassar o limite permitido de dívida fundada, cujo prazo para retornar ao limite estiver vencido, e enquanto perdurar o excesso, ficará também impedido de receber transferências constitucionais da União ou do Estado.
- II. Operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, também integram a dívida pública consolidada.
- III. Dívida pública mobiliária é aquela representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- IV. Refinanciamento da dívida mobiliária é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

36. Um funcionário da Secretaria de Fazenda de uma prefeitura determina a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a alíquota a ser aplicada no ano corrente, bem como identifica a pessoa devedora e inscreve o débito desta. Neste momento, a receita encontra-se em seu estágio de

- (A) lançamento.
- (B) arrecadação.
- (C) previsão.
- (D) adiantamento.
- (E) liquidação.

37. Considere os dados relativos às receitas orçamentárias arrecadadas pela Prefeitura Modelo no exercício de X1:

| | R\$ (mil) |
|---|-----------|
| Alienação de Bens Imóveis | 30 |
| Amortização de Financiamentos | 10 |
| Dívida Ativa | 80 |
| Impostos | 3.000 |
| Indenizações e Restituições | 50 |
| Operações de Crédito Internas | 100 |
| Receita de Serviços Recreativos e Culturais | 100 |
| Receitas Imobiliárias | 200 |
| Taxas | 500 |
| Transferências da União para cobrir despesas correntes | 5.000 |
| Transferências do Estado para cobrir despesas correntes | 3.000 |

A Receita Corrente foi de, em milhares de reais,

- (A) 11.850.
- (B) 11.800.
- (C) 11.730.
- (D) 11.940.
- (E) 11.930.



38. Em relação à despesa, a classificação programática foi separada da classificação funcional pela Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passando a ser composta por quatro categorias: programas, projetos, atividades e operações especiais. São exemplos de projetos:
- (A) manutenção de rodovias estaduais e policiamento das ruas.
 - (B) consultas médicas e pagamento de aposentadorias.
 - (C) construção de hospitais e reorganização do setor de suprimentos.
 - (D) limpeza de ruas e praças e cumprimento de sentença judicial transitada em julgado.
 - (E) pagamento de pensões e pagamento de juros da dívida externa.
39. Os itens "Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil" e "Aquisição de Imóveis" faz parte da classificação da despesa por
- (A) grupos.
 - (B) elementos.
 - (C) modalidade de aplicação.
 - (D) fonte de recursos.
 - (E) categorias econômicas.
40. No final do exercício de X1 o contador da Prefeitura Tudo Certo percebeu que existia um montante disponível em caixa de R\$ 1.000.000,00, despesas liquidadas e pagas de 2.000.000,00, despesas liquidadas e não pagas de R\$ 600.000,00 e despesas empenhadas e não liquidadas de 500.000,00. Considerando que é o último ano do mandato do prefeito e de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o valor máximo a ser inscrito em Restos a Pagar, em reais, é de
- (A) 500.000,00.
 - (B) 600.000,00.
 - (C) 1.100.000,00.
 - (D) 1.000.000,00.
 - (E) 900.000,00.
41. O Regime de adiantamento é um processamento especial da despesa pública orçamentária, através do qual se coloca o numerário à disposição de um funcionário ou servidor, a fim de dar-lhe condições de realizar gastos que, por sua natureza, não possam obedecer ou depender de trâmites normais. Sobre esta forma de processamento da despesa pública, considere:
- I. existe a necessidade de recurso orçamentário e empenho na dotação própria.
 - II. não pode ser utilizado para despesas já realizadas nem maiores que as quantias adiantadas.
 - III. não necessita obedecer a legislação sobre licitação, por tratar-se de despesas de pequeno valor.
 - IV. em casos excepcionais, pode ser feita a servidor responsável por mais de dois adiantamentos.
 - V. não pode ser superior a 5% do limite estabelecido no artigo 23, inciso II, alínea a da Lei nº 8.666/93.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, II e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II, III e V.
42. O servidor Apolo Greco, funcionário do Hospital Municipal Bom Samaritano, recebeu no dia 02 de maio de 2008 um adiantamento no valor de R\$ 2.000,00 para uso com despesas com material de consumo e outro de mesmo valor para uso com serviços de terceiros válidos por um período de 30 dias. Até o dia 30/05, o Sr Apolo Greco havia gastado R\$ 1 400,00 com material de consumo. Neste mesmo dia, o Sr. Apolo Greco foi procurado por um servidor responsável por um equipamento da UTI que necessitava, em caráter emergencial, de conserto, tendo em vista a programação de cirurgias para a semana seguinte. O orçamento apresentado foi de R\$ 2.200,00, referente à prestação de serviços de terceiros. Em relação aos fatos descritos, o procedimento correto do Sr. Apolo Greco deve ser: efetuar o pagamento de material de consumo no valor de R\$ 1.400,00 e
- (A) devolver aos cofres da instituição pública R\$ 600,00 referente ao adiantamento para material de consumo e R\$ 2.000,00 referente aos gastos com serviços de terceiros e orientar o servidor a solicitar junto ao setor financeiro um adiantamento no seu nome, em valor igual ou superior ao da prestação de serviço, a fim de autorizar a contratação do serviço.
 - (B) o pagamento dos serviços de terceiros no valor de R\$ 2.200,00, com utilização de R\$ 200,00 de sobra dos gastos com material de consumo, devolvendo aos cofres da instituição pública o valor de R\$ 400,00.
 - (C) o pagamento de parte dos serviços de terceiros até o valor de R\$ 2.000,00, ficando o restante a ser pago no próximo adiantamento, devolvendo para os cofres da instituição pública o valor de R\$ 600,00 referente a sobra dos recursos com material de consumo.
 - (D) negociar com o credor o pagamento da prestação de serviços em duas parcelas, pagando-se a importância de R\$ 1.100,00 no ato, ficando a diferença de R\$ 1.100,00 para ser pago com o adiantamento do mês seguinte e, devolvendo-se aos cofres da instituição os valores de R\$ 600,00 referente ao adiantamento de material de consumo e R\$ 900,00 referente o adiantamento para serviços de terceiros.
 - (E) devolver aos cofres da instituição pública R\$ 600,00 referente ao adiantamento para material de consumo e R\$ 2.000,00 referente aos gastos com serviços de terceiros e orientar o servidor a efetuar a abertura de um procedimento de licitação para escolha do melhor prestador de serviços, tendo em vista que o valor excede o limite estabelecido pela legislação para adiantamentos.
43. As receitas públicas classificam-se, de acordo com sua categoria econômica, em Receita Corrente e Receita de Capital. Com relação à Receita Corrente é correto afirmar que deverá ser registrada
- (A) somente em contas do sistema financeiro, quando integralmente percorrido o estágio de previsão.
 - (B) somente em contas do sistema orçamentário, quando realizado o respectivo recolhimento.
 - (C) somente em contas dos sistemas de compensação e patrimonial, quando integralmente percorrido o estágio da previsão.
 - (D) em contas dos sistemas orçamentário e de compensação, quando realizado o respectivo recolhimento.
 - (E) em contas dos sistemas financeiro e orçamentário, quando realizados os estágios de arrecadação e recolhimento.



44. O resultado patrimonial se divide em resultante da execução orçamentária e independente da execução orçamentária. De acordo com a Lei nº 4.320/64, são variações ativas resultantes da execução orçamentária:
- (A) as interferências passivas e as mutações patrimoniais ativas.
 - (B) as receitas orçamentárias e as mutações patrimoniais passivas.
 - (C) as despesas orçamentárias e as mutações patrimoniais ativas.
 - (D) as receitas orçamentárias e as mutações patrimoniais ativas.
 - (E) as receitas orçamentárias e a inscrição de dívida ativa.

Atenção: Considere os dados abaixo para responder às questões de números 45 e 46.

No primeiro exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Uga-Uga, com base na LOA, a previsão de receita e a fixação de despesa no valor de R\$ 2.000.000 foram contabilizados no Sistema Orçamentário da seguinte forma:

| | |
|---|---|
| Registro da aprovação do Orçamento | D – Receita a realizar R\$ 2.000.000 |
| | C – Previsão inicial da Receita R\$ 2.000.000 |
| Aprovação de créditos iniciais, segundo a LOA | D – Crédito inicial R\$ 2.000.000 |
| | C – Crédito disponível R\$ 2.000.000 |

Durante o exercício financeiro, ocorreram os seguintes eventos contábeis:

- a) Recebimento, em doação, de um imóvel no valor de R\$ 200.000.
 - b) Arrecadação de impostos no valor de R\$ 1.200.000.
 - c) Obtenção de empréstimos para construção de uma escola municipal no valor de R\$ 300.000.
 - d) Empenho, liquidação e pagamento de despesa com pessoal no valor de R\$ 1.000.000.
 - e) Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 200.000.
 - f) Empenho e liquidação de despesa com construção de uma escola municipal no valor de R\$ 300.000.
45. Após os lançamentos dos eventos contábeis no Balanço Financeiro, o valor das Receitas Orçamentárias e Extra-orçamentárias eram de, respectivamente,
- (A) R\$ 1.200.000 e R\$ 200.000
 - (B) R\$ 1.200.000 e R\$ 300.000
 - (C) R\$ 1.200.000 e R\$ 500.000
 - (D) R\$ 1.500.000 e R\$ 500.000
 - (E) R\$ 1.500.000 e R\$ 200.000
46. Após os lançamentos dos eventos contábeis no Balanço Patrimonial, os valores do Ativo Real e Ativo Real Líquido eram de, respectivamente,
- (A) R\$ 700.000 e R\$ 200.000
 - (B) R\$ 800.000 e R\$ 200.000
 - (C) R\$ 1.000.000 e R\$ 200.000
 - (D) R\$ 800.000 e R\$ 300.000
 - (E) R\$ 1.000.000 e R\$ 500.000

47. De acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará o Ativo e o Passivo Financeiro, o Ativo e o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação. Sobre o Balanço Patrimonial, é INCORRETO afirmar que
- (A) o ativo financeiro será de R\$ 800 quando houver um superávit financeiro de R\$ 500 e o passivo financeiro for de R\$ 300.
 - (B) o passivo real será de R\$ 2.000 quando o Balanço Patrimonial apresentar um passivo real a descoberto de R\$ 800 e um ativo real de R\$ 1.200.
 - (C) o ativo real líquido é o resultado negativo da diferença entre o passivo real e o ativo real.
 - (D) os compromissos cujo pagamento independam de autorização orçamentária para amortização ou resgate representam o passivo financeiro.
 - (E) o ativo permanente envolve contas representativas de entradas compensatórias do passivo financeiro.

48. Sobre o Balanço Financeiro, conforme Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que
- (A) as despesas orçamentárias não pagas e as receitas orçamentárias não recebidas são excluídas da demonstração.
 - (B) o saldo das disponibilidades do exercício anterior não faz parte da demonstração por não se tratar de movimentação do exercício financeiro corrente.
 - (C) as despesas do exercício não pagas são consideradas despesas extra-orçamentárias.
 - (D) o saldo das disponibilidades para o exercício seguinte não contém o saldo das disponibilidades do exercício anterior.
 - (E) a variação positiva nas disponibilidades é obtida pela diferença entre "receitas orçamentárias e extra-orçamentárias" e "despesas orçamentárias e extra-orçamentárias".



49. Ao analisar o Balanço Patrimonial de uma Prefeitura Municipal, nos termos da Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que:

- (A) o ativo real deduzido do passivo real é igual à situação líquida ativa quando o ativo real for menor que o passivo real.
- (B) o passivo real a descoberto é representado pelo resultado negativo da diferença entre o ativo real e o passivo real.
- (C) o ativo real será igual ao passivo real quando o ativo e o passivo compensado forem diferentes.
- (D) a situação líquida ativa sempre existirá quando o ativo real for igual ao passivo real.
- (E) o total do ativo será diferente do total do passivo quando o ativo real for diferente do passivo real.

50. O superávit financeiro do exercício anterior constitui-se em uma das fontes de recursos disponíveis para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares. Quanto ao tratamento dado no Balanço Orçamentário em relação ao superávit financeiro, é correto afirmar que

- (A) deverá ser destacado em conta específica de receita extra-orçamentária, após o cálculo do resultado orçamentário, posto que se trata de recursos que não foram previstos na lei orçamentária.
- (B) seu valor está refletido no lado das despesas do Balanço Orçamentário, já que possibilita a abertura de créditos adicionais, sem inclusão de valor equivalente no lado das receitas, o que normalmente provoca superávit de previsão.
- (C) poderá estar representado por contas de receitas orçamentárias, denominadas saldos de exercícios anteriores, de modo a equilibrar o Balanço Orçamentário, posto que os créditos adicionais deverão aparecer no lado das despesas orçamentárias.
- (D) não será considerado receita orçamentária para efeito de classificação no Balanço Orçamentário para equilibrar com os créditos adicionais abertos à conta desses recursos.
- (E) não será considerado receita orçamentária para fins de classificação no Balanço Orçamentário, tendo em vista tratar-se de valores pertencentes ao exercício anterior, sem qualquer inferência na apuração do resultado orçamentário do período.

51. Em uma empresa de saneamento básico, um item considerado como custo do produto é

- (A) a depreciação dos equipamentos usados no tratamento da água.
- (B) a compra de matéria-prima.
- (C) a aquisição de máquinas e equipamentos.
- (D) a baixa de produto químico do estoque por deterioração.
- (E) o pagamento de salários e encargos do pessoal da área administrativa.

52. O bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas é denominado de

- (A) investimento.
- (B) despesa.
- (C) perda.
- (D) custo.
- (E) gasto.

53. O secretário de saúde do município "E" dedicou esforços para o aperfeiçoamento da supervisão de enfermagem da policlínica com o intuito de melhorar a produtividade dos profissionais quanto aos materiais necessários para a realização de curativos. Em relação ao procedimento de curativo, ele tinha como objetivo

- (A) aumentar a remuneração por curativo.
- (B) reduzir custo variável de produção.
- (C) reduzir custo fixo de produção.
- (D) reduzir perda com materiais.
- (E) eliminar o custo com mão-de-obra.

54. No quadro abaixo, estão listados os gastos da Indústria de Telhas Barros no exercício de 2008.

| GASTOS | R\$ |
|--|-----------|
| Compra, à vista, de máquinas | 15.000,00 |
| Transferência de matéria-prima do almoxarifado p/ a produção | 90.000,00 |
| Apropriação e pagamento da conta de luz do setor financeiro | 150,00 |
| Apropriação e pagamento do aluguel da fábrica | 2.000,00 |
| Apropriação e pagamento de salários e encargos do pessoal da produção | 8.500,00 |
| Apropriação de salários e encargos sociais referente a pessoal de vendas | 1.800,00 |
| Compra, a prazo, de matéria-prima para ser estocada | 3.000,00 |
| Depreciação dos computadores da diretoria da empresa | 1.300,00 |
| Pagamento de fretes e carretos de produtos vendidos | 400,00 |
| Apropriação da energia elétrica consumida nas máquinas da fábrica | 3.000,00 |
| Apropriação dos salários e encargos dos supervisores da fábrica | 2.000,00 |
| Depreciação das máquinas da fábrica | 4.000,00 |
| Apropriação dos gastos com seguros da fábrica | 1.000,00 |
| Apropriação da energia elétrica consumida na iluminação geral da fábrica | 300,00 |
| Pagamento de comissões a vendedores | 1.500,00 |

Observação:

- Mão-de-obra do pessoal da produção: É possível identificar com cada produto, pois houve uma medição de quanto cada operário trabalhou em cada um e quanto custa cada operário para a empresa. Os empregados são horistas e são contratados de acordo com a demanda da produção.
- Supervisão: Os empregados são mensalistas e não são dispensados com as oscilações normais da produção.
- Depreciação: a empresa utiliza o método das quotas constantes (linear).
- Energia Elétrica: as máquinas possuem medidores de consumo de energia elétrica e contadores da produção do período.

Com base nos dados acima, é correto afirmar que os custos fixos do período foram de, em reais,

- (A) 101.500,00.
- (B) 25.750,00.
- (C) 10.750,00.
- (D) 9.300,00.
- (E) 13.750,00.



55. No custeio por absorção, o valor dos estoques de produtos acabados é formado pelo somatório dos
- (A) custos e despesas fixos.
 - (B) custos e despesas variáveis.
 - (C) custos variáveis.
 - (D) custos diretos.
 - (E) custos diretos e indiretos.

Atenção: Para responder às questões de números 56 e 57, considere os dados relacionados abaixo.

A indústria Cor e Vida produz tintas industriais. A empresa tem utilizado o custeio por absorção para atender à legislação fiscal e societária e o custeio variável para fins gerenciais. As informações sobre a sua estrutura de custos é a seguinte:

- Capacidade mensal de produção de tinta – 40.000 latas.
- Quantidade produzida no mês de outubro – 30.000 latas.
- Quantidade vendida, no mês de outubro, para seus clientes atuais – 25.000 latas.
- A empresa vende cada lata de tinta para os seus clientes atuais por R\$ 14,00 (preço líquido).
- Os custos variáveis de produção são de R\$ 7,50/lata.
- As despesas variáveis de produção são de R\$ 1,50/lata.
- Os custos fixos somam R\$ 120.000,00/mês.
- As despesas administrativas somam R\$ 30.000,00/mês.

56. No mês de outubro, a empresa obteve um resultado bruto mensal pelo custeio por absorção de, em reais,
- (A) (5.000,00).
 - (B) 25.000,00.
 - (C) 87.500,00.
 - (D) 62.500,00.
 - (E) 68.750,00.

57. No mês de outubro, a margem de contribuição total e o resultado apurado pelo método de custeio variável foram de, em reais,
- (A) 162.500,00 e prejuízo de 25.000,00.
 - (B) 125.000,00 e prejuízo de 25.000,00.
 - (C) 150.000,00 e lucro de 0,00.
 - (D) 195.000,00 e lucro de 45.000,00.
 - (E) 125.000,00 e prejuízo de 5.000,00.

58. A indústria Clareou iniciou suas atividades no mês de setembro. Neste período, produziu integralmente 10.000 unidades e vendeu 8.000 unidades de seu único produto ao preço de venda de R\$ 50,00, apresentando as seguintes informações sobre custos e despesas:

| | | |
|--------------------------|-----|----------------|
| Custos Diretos Variáveis | R\$ | 26,00/unid. |
| Custos Indiretos Fixos | R\$ | 100.000,00/mês |
| Despesas Variáveis | R\$ | 6,00/unid. |
| Despesas Fixas | R\$ | 25.000,00/mês |

A empresa tem utilizado o custeio por absorção para atender à legislação fiscal e societária e o custeio variável para fins gerenciais. Considerando tais informações, a diferença verificada entre os estoques finais do mês de setembro apurados pelos dois métodos foi de

- (A) 25.000,00
- (B) 0,00
- (C) 20.000,00
- (D) 8.000,00
- (E) 22.500,00

59. A indústria Tupis produz, exclusivamente, os produtos Requeijão Cremoso e Doce de Leite. A diretoria da empresa pretende incentivar o aumento das vendas dos seus produtos com o intuito de aumentar os seus lucros. A decisão foi investir em promoção e propaganda, mas os recursos financeiros disponíveis não são suficientes para abranger os dois produtos. Sendo assim, a empresa Tupis deve incentivar as vendas do produto que apresentar

- (A) maior preço de vendas.
- (B) menor custo variável.
- (C) menor lucro bruto.
- (D) maior margem de contribuição unitária.
- (E) menor despesa variável de vendas.

60. No método de Custeio Baseado em Atividades ou *Activity-Based Costing* (ABC), a atribuição de custos para as atividades por meio de rastreamento é feita com base

- (A) em critérios subjetivos de rateio.
- (B) em medidas objetivas de consumo de recursos pelas atividades.
- (C) na proporção do valor dos custos variáveis e diretos.
- (D) no volume de produção de cada atividade.
- (E) nos direcionadores de custos de recursos.

61. Na visão horizontal, o método de Custeio Baseado em Atividades permite a análise, custeamento e aperfeiçoamento

- (A) dos processos interdepartamentais.
- (B) da mensuração física dos estoques.
- (C) da elaboração de relatórios para o fisco.
- (D) da alocação de custos por meio de rateios.
- (E) da determinação dos custos diretos dos produtos.

62. A cooperativa dos produtores rurais do Município "Avante" produz e vende sacos de 50 kg de milho. De acordo com estimativas do setor produtivo, somente 98% dos grãos são aproveitados no processo de ensacamento. O contador de custos da cooperativa deve considerar os 2% normalmente desperdiçados durante a produção como

- (A) despesas.
- (B) custos.
- (C) perdas.
- (D) receitas.
- (E) investimentos.

63. A empresa industrial Passa Quatro, vendedora de água mineral de 1,5 litros, iniciou suas atividades no mês de março de 2009. As garrafas utilizadas para o envase foram adquiridas de terceiros e tiveram a seguinte movimentação durante o mês:

| Data | Operação | Qtde | Valor Total (R\$) |
|----------|-----------------------------|-------|-------------------|
| 02/03/09 | Compra | 2.000 | 2.000,00 |
| 05/03/09 | Transferência para produção | 1.500 | |
| 10/03/09 | Compra | 3.000 | 3.060,00 |
| 20/03/09 | Transferência para produção | 3.000 | |

Sabendo-se que a empresa utiliza o método PEPS, o valor do estoque final em 31/03/2009 era de, em reais,

- (A) R\$ 510,00
- (B) R\$ 560,00
- (C) R\$ 500,00
- (D) R\$ 3.060,00
- (E) R\$ 512,00



64. No desenvolvimento de um programa governamental na área de saúde, a decisão de terceirizar a atividade de realização de exame oftalmológico, já em andamento, deve ser tomada pelo gestor público, mesmo que não haja redução de custos fixos e a estrutura não possa ser usada por outras atividades, se o preço praticado pelo fornecedor for

- (A) maior que os custos variáveis de realizar o exame.
- (B) maior que os custos totais de realizar o exame.
- (C) igual ao custo unitário do exame calculado pelo custeio por absorção.
- (D) menor que os custos variáveis de realizar o exame.
- (E) maior que a soma dos custos diretos e indiretos de realizar o exame.

65. A indústria "Plastisil", em certo período, aplicou no processo produtivo: R\$ 75.000,00 de materiais diretos, R\$ 50.000,00 de mão-de-obra direta e R\$ 75.000,00 de gastos indiretos de produção. O saldo inicial da conta produtos em elaboração foi de R\$ 20.000,00, enquanto que o seu saldo final foi de R\$ 10.000,00. Sabendo-se que os saldos inicial e final de produtos acabados foram de R\$ 1.000,00, o custo da produção vendida no período foi de, em reais,

- (A) 200.000,00
- (B) 0,00
- (C) 199.000,00
- (D) 135.000,00
- (E) 210.000,00

66. Em relação ao Custo-padrão, considere:

- I. O custo-padrão é um custo predeterminado.
- II. O custo-padrão corrente considera algumas ineficiências que a entidade julga não poder saná-las.
- III. Do ponto de vista gerencial, as diferenças verificadas entre custo real e padrão devem ser analisadas e, se necessário, o custo-padrão deve ser ajustado.
- IV. Um produto deve deixar de ser produzido quando o custo-padrão não for atendido.
- V. O custo-padrão não pode ser utilizado para a avaliação de desempenho.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) III, IV e V.

67. A empresa Wissen, fabricante de um único produto, estabeleceu os seguintes padrões do custo de mão-de-obra por unidade:

| | |
|-----------------------------|------------|
| Tempo da mão-de-obra direta | 1h/un. |
| Taxa da mão-de-obra direta | R\$ 3,00/h |

Em determinado mês, ocorreram os seguintes eventos reais:

| | |
|--|-------------|
| Custo de mão-de-obra direta incorrido | R\$ 336.000 |
| Quantidade de horas de mão-de-obra trabalhadas | 84.000 |
| Volume de produção | 80.000 un. |

A variação de eficiência (quantidade) no uso da mão-de-obra, em valores monetários (R\$), relativa à produção por unidade foi de, em reais,

- (A) 1,20 favorável.
- (B) 1,00 desfavorável.
- (C) 0,15 favorável.
- (D) 0,15 desfavorável.
- (E) 1,20 desfavorável.

68. A Patrocínio é uma empresa produtora de queijos. Para sua linha de queijo minas, foi estabelecido o um padrão de consumo de 2 litros de leite a um preço de R\$ 1,20/litro para cada quilo de queijo produzido. Em determinado mês, apurou-se que para cada quilo de queijo foram usados 2,2 litros de leite a um preço de R\$ 1,10 cada litro. Na comparação entre padrão e real, a empresa apura três tipos de variações: quantidade, preço e mista. Sendo assim, a variação de preço da matéria-prima, em reais, foi de

- (A) 0,10 desfavorável.
- (B) 0,10 favorável.
- (C) 0,20 favorável.
- (D) 0,20 desfavorável.
- (E) 0,24 desfavorável.

69. Para efeito de divulgação de demonstrações contábeis para usuários externos, a contabilidade de custos possui como finalidade

- (A) subsidiar o processo decisório quanto à determinação do preço de vendas.
- (B) determinar o valor dos estoques de produtos acabados.
- (C) fornecer base para avaliação de desempenho dos diversos setores da empresa.
- (D) estabelecer padrões de quantidades de custos diretos dos produtos.
- (E) subsidiar a elaboração de orçamentos.

70. A transferência de papelão do almoxarifado para o setor de produção de uma empresa que produz embalagens gera um

- (A) débito na conta Custos Indiretos de Fabricação.
- (B) crédito na conta Estoques de Produtos em Elaboração.
- (C) crédito na conta Matéria-prima consumida.
- (D) débito na conta Custos Fixos de Produção.
- (E) crédito na conta Estoques de matéria-prima.